

16-12-2022

Sindicalismo e saúde dos trabalhadores (I)

Agnes Zoé Garal

[Assessora de Imprensa Sindical. Supervisora de *clipping*]

Temos conversado aqui sobre diversos aspectos do sindicalismo e, também, do sofrimento, adoecimento, invalidez e morte de trabalhadores. Historicamente, a perda da saúde - decorrente da exploração ilimitada do corpo trabalhador desafiando o próprio capitalismo nos primórdios da Revolução Industrial - mobilizou a organização dos trabalhadores em sindicatos e movimentos diversos ao longo do século XIX. O foco das dramáticas, intensas e frequentes lutas concentrava-se na sobrevivência no trabalho e por condições mínimas de vida. As emblemáticas lutas por redução das jornadas de trabalho - marcadas à sangue em Haymarket / Chicago no 1º de maio de 1886 ([veja](#) p.264-270) -, folga semanal, salário, amparo em caso de doença e acidente (inclusive da família) eram imprescindíveis para o andar a vida nas recém-criadas e despreparadas cidades para absorver o intenso êxodo rural-urbano. Na perspectiva das relações saúde-trabalho-direito nos atuais movimentos sindicais e sociais, alguns questionamentos e lacunas continuam a nos desafiar. Ei-los...

Por que, História?

Saúde é uma questão econômica?

Saúde é sinônimo de hospital, de tratamento de doenças?

A saúde é secundarizada na agenda de reivindicações sindicais?

O partidário no movimento sindical?

E o descompasso entre a produção de conhecimentos e o agir político na questão da saúde com o movimento sindical?

Esses são elementos que se entrelaçam e nos remetem a novas perguntas que geram reflexões desafiadoras. Talvez não seja possível encontrar respostas. Mas compreender o que leva a nós, trabalhadores, a continuar perdendo a saúde no trabalho possa ser a força mobilizadora a nos unir na luta pela saúde dos que sonham a Saúde do Trabalhador. Força que tome nossas entranhas como nas palavras de [Leila Grienzi](#) (18/02/2019): *“trabalho é a palavra que ensina a ler; trabalhar é bom desde que você tenha a capacidade de se indignar com a injustiça; trabalhar é um ato de poder, algo como a posse de sua força, e nessa conjugação do verbo trabalhar não cabe ser possuído.”* Conversar sobre a história das lutas operárias por direitos, nesse sentido, pode contribuir para que nossa indignação com a injustiça volte a nos unir. E, visto que trabalho e saúde são essenciais à vida, nos sensibilize para *“incluir a saúde do trabalhador como direito humano na pauta das lutas interseccionais e interculturais dos movimentos sociais”* (Fadel, 19/11/22). Para que chegássemos até aqui, antes de nós, muitos trabalhadores lutaram e perderam a vida nessas lutas, direitos foram conquistados, outros tantos perdidos, mas poucos reconquistados... Por isso as lutas continuarão sempre... Lutas que contribuíram na formação de consciência crítica, no desenvolvimento da filosofia política peculiar em defesa dos trabalhadores (anarquista, socialista, comunista) em oposição ao Estado capitalista burguês, e ainda contribuirão.

Nas lutas operárias brasileiras das duas primeiras décadas do século XX, influenciadas pelos trabalhadores imigrantes europeus de ideologia anarquista, predominavam as reivindicações por melhores condições de vida e contra a carestia. Na raiz da organização sindical brasileira, a perda da saúde foi uma potente pauta mobilizadora da classe trabalhadora. Pauta esta que hoje parece distante, cedendo lugar a reivindicações salariais. A doença levou alguns trabalhadores a se sindicalizarem e a partir para a luta junto aos companheiros. Assim foi, dentre outros, com [Edna Sacramento](#) (*SinttelRio*) e Paulo Ernani Oliveira (*Siemaco-Rio*), cujas trajetórias foram resgatadas na Opinião, respectivamente em 22/07/2022 e 15/12/22. A releitura do depoimento de Paulo Ernani (de setembro de 2016) coloca em cheque, inclusive, o senso comum na crença de que planos de saúde garantem a saúde. Crença que se esvai ao adoeceremos e sermos obrigados a enfrentar as letras miúdas do que prometem e se esquivam de cumprir. Quantos de nós fomos iludidos pela falácia da agilidade na marcação de consultas, exames e cirurgias? Promessas mais vão ainda quando se trata de planos de saúde coletivos contratados pelos empregadores ou, até mesmo, financiados e gerenciados por grandes empresas, como estatais, mineradoras etc. O SUS (Sistema Único de Saúde) - desdenhado por muitos brasileiros, mas que, mesmo sucateado ao limite, enfrentou os períodos mais críticos da recente pandemia minimizando seus impactos na população, foi bandeira de luta do movimento sindical. A Reforma Sanitária dos anos 1980 - que culminaria na criação do SUS na Constituição Federal de 1988 - incorporava as lutas operárias na construção de políticas públicas de Saúde do Trabalhador. Os primeiros centros de referência e programas de saúde do trabalhador nascidos na década de 1980-90 começaram a dar visibilidade ao adoecimento no trabalho pela fala dos trabalhadores, sob influência do [Modelo Operário Italiano](#). No período, criou-se o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e Ambientes de Trabalho (Diesat) - interlocutor dos movimentos sindicais com o aparato institucional da saúde pública - que publica dois importantes trabalhos sobre o pensar, existir e agir das lutas dos trabalhadores na época: *“De que adoecem e morrem os trabalhadores* (1984)” e *“Insalubridade, morte lenta no trabalho* (1989)”. A partir de 1987, no entanto, inicia-se um processo de divergências políticas que leva à cisão do movimento sindical por dentro do Diesat. Assim, a *“luta pela saúde do trabalhador perdia uma oportunidade histórica de se ampliar nacionalmente, restringindo sua atuação a sindicatos filiados à CUT.”* Neste primeiro episódio, num arco de dois séculos de história, o panorama de lutas que abraçaram a Saúde do Trabalhador e de disputas que a afastaram reproduzem tensões e pulsões, algumas vezes internas, que fragmentam nossas lutas e fragilizam a própria luta de classes. É isto que desejamos? Ou desejamos que a Saúde do Trabalhador como Direito Humano seja a pauta que nos une? ■ ■ ■

Referências

- Gaze, Rosângela; Leão, Luís Henrique da Costa & Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel. [Os movimentos de luta dos trabalhadores pela saúde](#). In: Vasconcellos, LC Fadel & Oliveira, MHB (Org.). *Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011. 598p. [p.257-356]

- Fadel, LCV. 2º Simbrastt-Simpósio Brasileiro de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Salvador/BA, 19 e 20/11/2022.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.